

SOBRE OS NATIVOS DA COLÔNIA: OS INDÍGENAS NO BRASIL

Carla Giovana Sanzovo Manha

Discente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana
carlamanha@alunos.utfpr.edu.br

Isadora Polvani Barbosa

Discente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana
isadoraolvani@hotmail.com

Luana Gabriele Teixeira Charles

Discente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana
luanagabrieletc@gmail.com

Maria Morais Friedmann

Discente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Apucarana
maria_friedmann@hotmail.com

Esta nota apresentada à Revista Percurso é resultado de trabalhos realizados na disciplina de Estudos Culturais e Relações Étnico-Raciais do curso de Licenciatura em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Apucarana, com ênfase na população indígena. As discussões em sala de aula perpassaram desde o século XVI até a atualidade, tratando da apropriação do indígena como força de trabalho no Brasil Colônia, até sua condição subalterna na contemporaneidade.

A respeito das populações autóctones das terras brasileiras, há de se considerar que, desde o século XVI, a civilização ocidental possui conhecimento sobre a existência de povos indígenas que viviam despidos pelas florestas das terras da América do Sul.

Darcy Ribeiro, em “O povo brasileiro”, apresenta a relação do indígena nativo com o europeu como formação de um novo grupo, o “brasilíndio”. Responsável pela expansão do domínio português no novo continente, o próprio índio buscava outros índios, território adentro, para serem escravizados e servirem de força de trabalho para os objetivos portugueses. Tribo

inteiras foram escravizadas por coirmãos, principalmente paulistas que, por meio desta pobre economia, buscavam um autocontentamento e autopromoção perante os colonizadores.

Sejam como brasilíndios, sejam como índios cativos, esta população sofreu, desde o início da colonização do Brasil, as mazelas de um povo sujeitado. Entendidos pelos colonizadores, ou como populações aliadas ou como inimigos, eram alvos de suas investidas. Os primeiros, considerados “bons”, eram destinados à conversão para a fé cristã, pois eram classificados como pacíficos, trabalhadores e acessíveis; enquanto os segundos, vistos como “bravos” e não aptos à catequização, eram antropófagos, guerreavam, andavam nus e, assim, eram subjugados militarmente, de modo que as ações contra estes encontravam legitimidade na não religiosidade e ausência da cristandade, sendo vítimas de guerra e direcionando-os à escravidão ou ao extermínio.

Embora não haja um consenso sobre o total da população indígena autóctone, estima-se que estes estivessem, na época do descobrimento, em número entre três e cinco milhões de pessoas, subdivididos em aproximadamente mil e quatrocentos povos que aqui já habitavam há, pelo menos, doze mil anos. Esta população, sob ação dos portugueses, foram alvo de missões que, para além das questões religiosas, visavam também a política, a economia e o militarismo.

A força de trabalho indígena, durante o século XVI, foi amplamente utilizada e explorada pelos colonizadores. Escravizados como meio de transporte, construtores ou defensores do território, foram mão de obra resistente que, sempre que podiam, fugiam daquela condição. Muitos grupos foram dizimados e, ao final daquele século, sua força de trabalho entrou em desuso, quando os europeus começaram a substituí-los pela escravidão de negros oriundos da África.

Passados cinco séculos, engana-se quem pensa que a vida dos nativos não se alterou. De acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía, naquele momento, 896,9 mil indígenas em todo o território nacional, sendo 36,2% residentes nas cidades.

O Censo 2010 relata ainda a existência de 305 etnias, entendidas como comunidades com afinidades linguísticas, culturais e sociais: 250 foram localizadas em terras indígenas e 300 fora delas, ou seja, a maioria das etnias não se restringe mais apenas ao território indígena, mas avança sobre as áreas colonizadas e urbanizadas. A maior etnia identificada é a Tikúna, com

6,8% da população. Além das etnias, a pesquisa mostrou a alteração no modo de vida dos nativos, pois somente 12,6% dos domicílios permanecem do tipo oca ou maloca, ao mesmo tempo que no restante predomina-se o tipo casa. Asocas e malocas não são muito comuns nas terras indígenas brasileiras.

Com o movimento migratório para as cidades e o crescimento das mesmas, surgiram muitas motivações para que os índios deixassem suas terras e buscassem a vida urbana. Entre elas, estão as disputas relacionadas as terras indígenas, à falta de terras produtivas, a escassez de trabalho e a procura por melhores oportunidades relacionadas à educação e ao atendimento de saúde. Por exemplo, são imensuráveis as dificuldades enfrentadas por eles em São Paulo, maior cidade brasileira e grande concentradora de migrantes indígenas, onde estes sofrem discriminação, falta de empregos e acabam vivendo em condições de vulnerabilidade social. Porém, mesmo longe de suas terras de origens, os índios mantêm frequente contato com a aldeia e alguns retornam pelo menos uma vez ao ano para o local de sua origem.

Embora o país possua uma alta taxa de alfabetização, os índios possuem um nível educacional inferior ao da população não indígena: verifica-se uma taxa de analfabetismo na ordem de 33,4% para indígenas de quinze anos ou mais nas áreas rurais. As dificuldades do índio na sociedade contemporânea é uma consequência da colonização exploratória portuguesa no século XVI. Por esses povos resistirem ao trabalho escravo, referiam-se a eles como “preguiçosos”, “insolentes” e “selvagens”. Tais denominações ainda são usadas no século XXI para referir-se a esses povos. Decorrente a esse fato, a maioria dos indígenas é desempregada ou ocupa subempregos. Entre os motivos para a não contratação está a falta de documentação ou a falta de experiência comprovada em carteira de trabalho.

Desse modo, comumente os índios são recrutados para trabalhar em serviços braçais, como canaviais de grandes usinas de cana de açúcar, principalmente no Mato Grosso, pois, em síntese, eles desconhecem as leis trabalhistas presentes na Consolidação das Leis do Trabalho. Logo, é lucrativo para as empresas recrutá-los. Nestas condições, a jornada de trabalho atinge cerca de 14 horas por dia e não há segurança no trabalho, descanso ou preocupação com a saúde. Além disso, os usineiros pagam um valor ínfimo pelo ofício e ainda cobram um valor demasiado pelo alojamento. Sendo assim, atualmente há muitos suicídios no decorrer do tempo do trabalho.

A maioria da população indígena que se submete à este tipo de trabalho vive em condições de subemprego e nunca teve registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social. A determinação pelo registro para a população indígena ocorreu em 1999, porém, é possível encontrar muitos acordos deficientes, já que não há fiscalização efetiva e punições severas para o descumprimento da legislação. O temor do preconceito vem obrigando índios a “camuflarem” suas origens e, mesmo assim, praticamente só há vagas mal remuneradas e que exigem grande esforço, como pedreiros, boias-frias, carpinteiros ou empregados domésticos. A média salarial é pautada no salário mínimo, e é cerca de R\$ 937,00 para 2018.

Além da falta de emprego, os indígenas sofrem com condições precárias de moradia, falta de assistência à saúde e violência, a invisibilidade social, a desconsideração relacionada ao poder público, questionamento de suas identidades étnicas e a ausência de um espaço coletivo para as manifestações culturais

Com o decorrer dos anos, a violência contra povos indígenas cresceu significativamente, chegando ao seu ápice nos dias atuais. Sabe-se que essa violência está enraizada na discriminação e negação dos direitos desses povos. Esta tornou-se a maior dificuldade a ser vencida. Afinal, nos últimos anos ocorreu o aumento de números de assassinatos de índios e a justificativa para tal ato é a reocupação e demarcação de terras.

No Brasil há a existência de leis que garantem os direitos dos indígenas. Todavia, tem-se perdido a proteção que lhes é garantida. Com isso, emergiu-se a necessidade de adotar medidas com o intuito de diminuir a violência e a discriminação sofrida por esses povos. Desse modo, o fortalecimento de instituições como a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), faz-se necessária.

Além de toda a violência sofrida, os indígenas começaram a sofrer ameaças da bancada ruralista, a qual considera um erro as terras indígenas serem intocáveis para a agricultura e pecuária. A mesma quer ter posse dessas terras para tal finalidade, além de utilizar para megaprojetos como hidrelétricas. Porém, a realização desses projetos não possui consulta prévia aos povos residentes na área e nem à população com um todo.

Por fim, a colonização possui reflexos que, até hoje, prejudicam os povos indígenas. Neste contexto, demanda-se por políticas mais sérias e eficazes para a inserção e sustentabilidade do índio no mercado de trabalho, bem como uma rigorosa fiscalização para o cumprimento das leis que garantem seus direitos, além do combate à discriminação e à violência. A personalidade

indígena precisa ser desvinculada da ideia transmitida desde a época da colonização para que haja uma harmonia de convivência nessa terra que é tão nossa quanto deles. Somente assim, o país poderá encaminhar-se para uma maior justiça social e étnica.

Enviado em 12/09/2018

Aceito em 06/11/2018